



O Largo Padre José Tomás e a feira livre de Tianguá/CE como símbolos de convergência social, econômica e cultural

La plaza Padre José Tomás y el mercado al aire libre de Tianguá/CE como símbolos de convergencia social, económica y cultural

SIMPÓSIO E6_01 - Los paisajes históricos de la producción: nuevos procesos emergentes y experimentales en la ciudad contemporánea

Antonio Pabllon Nunes de Sousa

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA); Brasil
pabllonunes14@gmail.com

Brenda Maria Macedo Mendes

Universidade Federal da Bahia (UFBA); Brasil
bbrendamendes@gmail.com

Resumo

O estudo analisa a relevância histórica, social e cultural do Largo Padre José Tomás e de sua feira livre em Tianguá, na Serra da Ibiapaba, Ceará. A investigação fundamenta-se na premissa de que o espaço urbano atua como um receptáculo de memórias e práticas que definem a identidade comunitária. Dada a localização estratégica de Tianguá como conexão entre Ceará e Piauí, o Largo consolidou-se como um "patrimônio em movimento", onde a feira livre estabelece um elo vital entre o conjunto edificado e as tradições imateriais locais. A pesquisa identifica a fragilidade institucional e a ausência de mecanismos técnicos de salvaguarda como ameaças centrais, tornando o patrimônio vulnerável à pressão imobiliária e à modernização urbana desordenada. Ao articular os conceitos de valor de uso e valor simbólico, o diagnóstico demonstra que a preservação do espaço é indissociável de sua função social e afetiva. Como solução técnica, o artigo propõe a transição do reconhecimento passivo para o ativo através da estruturação de um inventário arquitetônico e cultural detalhado. Este instrumento deve integrar desde o levantamento de tipologias edílicas, como os estilos colonial e art déco, até o registro da oralidade e da memória dos moradores. Conclui-se que o inventário proposto deve funcionar como uma ferramenta de democracia urbana, oferecendo embasamento científico para que a sociedade civil e o poder público protejam seus lugares de afeto. Dessa forma, o estudo pavimenta o caminho para a criação de diretrizes de proteção municipal, garantindo que o progresso da cidade ocorra em harmonia com a preservação de sua herança cultural na Serra da Ibiapaba.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; feira livre; inventário arquitetônico; memória coletiva.

Resumen

El presente estudio analiza la relevancia histórica, social y cultural del Largo Padre José Tomás y de su mercado al aire libre en Tianguá, situado en la Sierra de Ibiapaba, Ceará. La investigación parte de la premisa de que el espacio urbano funciona como un receptáculo de memorias y prácticas cotidianas que definen la identidad comunitaria. Debido a la ubicación estratégica de Tianguá como nexo entre los estados de Ceará y Piauí, el Largo se ha consolidado como un "patrimonio en movimiento", donde el mercado actúa como un vínculo vital entre el conjunto arquitectónico y las manifestaciones inmateriales de la población. La investigación identifica una problemática central: la fragilidad institucional y la carencia de instrumentos técnicos de salvaguardia, factores que vulnerabilizan el patrimonio local frente a la presión inmobiliaria y la modernización urbana desordenada. Al articular los conceptos de valor de uso y valor simbólico, el diagnóstico demuestra que la preservación del espacio es inseparable de su función social y afectiva. Como contribución técnica, el artículo propone transitar de una identificación pasiva a un reconocimiento activo del patrimonio mediante la estructuración de un inventario arquitectónico y cultural robusto. Este instrumento debe integrar levantamientos métricos de tipologías edilicias —como los estilos colonial y art déco— con el registro de la oralidad y la memoria de los habitantes. Se concluye que dicho inventario debe funcionar como una herramienta de democracia urbana, proporcionando la base científica necesaria para que la sociedad civil y el poder público protejan sus lugares de afecto. De este modo, el estudio establece el camino para la creación de directrices de protección municipal que armonicen el desarrollo urbano con la preservación de la herencia cultural en la Sierra de Ibiapaba.

Palabras-clave: Patrimonio cultural; mercado al aire libre; inventario arquitectónico; memoria colectiva.

INTRODUÇÃO

Contextualização: A Ibiapaba e a gênese de Tianguá

A Serra da Ibiapaba, região localizada no noroeste do estado do Ceará, configura-se como um acidente geográfico de extrema relevância para a ocupação do território nordestino, sendo composta por nove cidades que estão, em média, a 700 metros acima do nível do mar e que fazem fronteira com o estado do Piauí. Diferente das áreas de sertão que a circundam, a Chapada da Ibiapaba ficou popularmente conhecida como “Serra” por apresentar um microclima úmido e solos férteis, o que historicamente atraiu agrupamentos indígenas, missões religiosas e, posteriormente, colonizadores em busca de terras produtivas (Gaspar, Sousa e Gaspar, 2007). Esse cenário geográfico não foi apenas o pano de fundo para a estruturação das cidades da região, mas o agente determinante para isso.

No epicentro desse processo, encontra-se Tianguá (Figura 1), município com área territorial de 909,853 km² (IBGE, 2022) localizado a aproximadamente 330 km da capital cearense, Fortaleza, e a 275 km da capital piauiense, Teresina. Segundo o último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Tianguá possui 81.506 habitantes (IBGE, 2022) e se configura como o município mais populoso e importante da região, graças à influência econômica que exerce. Sua formação urbana constitui um reflexo direto das rotas históricas do comércio e dos fluxos migratórios que, ao longo do tempo, articularam o interior do Ceará ao estado do Piauí. Como destaca Gaspar, Sousa e Gaspar (2007), a cidade não nasceu de um

planejamento rígido, mas da consolidação de pontos de parada e convívio que atendiam aos viajantes e produtores locais. Esse crescimento orgânico permitiu que certos espaços se tornassem "âncoras" da memória coletiva, onde a identidade do povo tianguaense¹ começou a ser moldada através do comércio e da religiosidade.

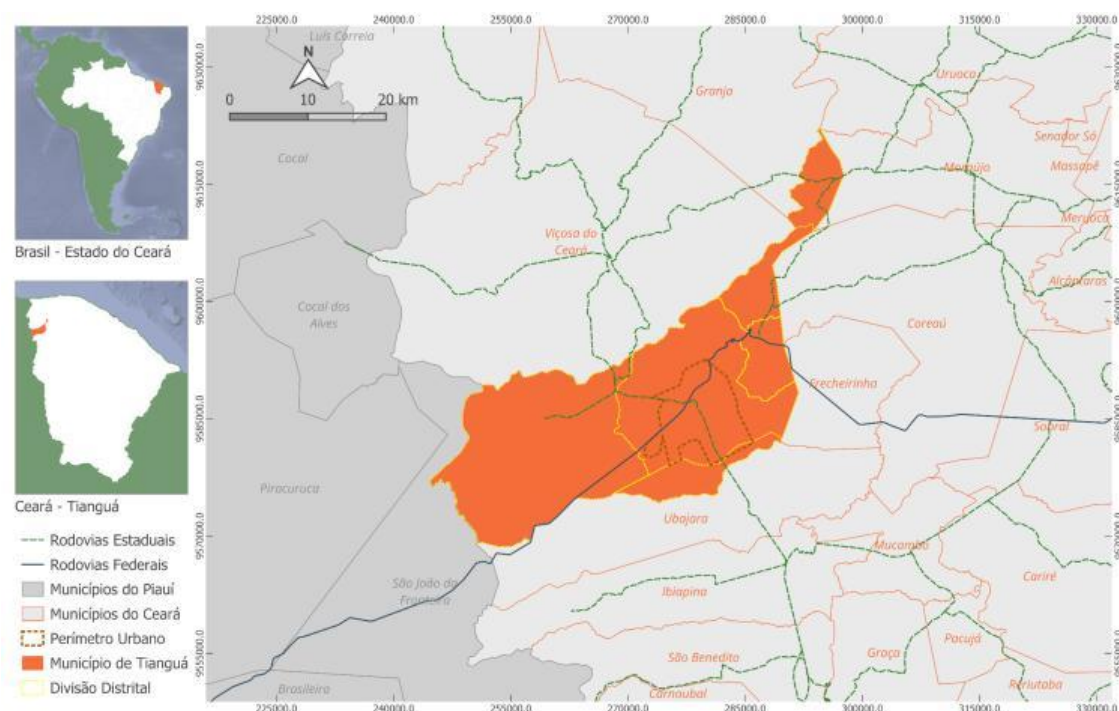


Figura 1: Localização de Tianguá, Ceará, Brasil. **Fonte:** Autores (2026).

É importante ressaltar, ainda, que o município de Tianguá tem um surgimento “recente” na história, emancipou-se no dia 31 de julho de 1890 e possui seis distritos (Arapá, Bela Vista, Caruataí, Pindoguaba, Tabainha e Tianguá - sede). Ao longo de quase 136 anos de emancipação, Tianguá consolidou-se como a principal economia e o maior polo de hortifrutigranjeiros da Serra da Ibiapaba, articulando cadeias produtivas que extrapolam o território cearense e alcançam mercados nos estados do Piauí e Maranhão, impulsionadas pela infraestrutura hídrica do açude Jaburu e pela integração viária promovida pelas rodovias BR-222 e CE-187 (Moura; Lopes, 2021).

Essa base agrícola dinamiza o setor terciário, promovendo a expansão dos serviços, do sistema financeiro, da educação superior e da saúde, elementos que reforçam sua centralidade regional. Conforme Corrêa (2006), cidades que concentram funções de comércio e serviços especializados assumem papel de comando na rede urbana, o que se verifica em Tianguá pela atração diária de fluxos populacionais provenientes dos municípios vizinhos da Ibiapaba. Ademais, o fortalecimento do comércio varejista, com a chegada de grandes redes nacionais e a modernização do comércio local, reconfigura a paisagem urbana e intensifica a produção do espaço, convertendo o município em um nó estratégico de circulação de mercadorias, capitais e pessoas (Santos, 2008; Parente, 2014). Assim, Tianguá consolida-se como centro regional intermediário, cuja economia é sustentada pela articulação entre agricultura, serviços e varejo, expressando um modelo de centralidade que reafirma seu protagonismo no contexto da Serra da Ibiapaba.

¹ Etimologia (origem da palavra **tianguaense**). Do topônimo Tianguá + ense. Substantivo masculino e feminino. Pessoa que nasce na cidade de Tianguá, no estado do Ceará.

Entretanto, o planejamento urbano local e a legislação urbanística municipal não acompanharam a acelerada expansão urbana da cidade, que hoje carece de ferramentas que possam suprir as suas necessidades em diferentes âmbitos, incluindo o de preservação do patrimônio histórico imaterial e material, especialmente, edificações históricas localizadas no núcleo urbano inicial da cidade.

A exemplo disso, o primeiro e atual Macrozoneamento Urbano de Tianguá foi criado por meio da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Tianguá (Lei Municipal nº 398, de 31 de dezembro de 2004) e está há mais de 20 anos sem passar por atualização. Esse Macrozoneamento não possui zonas que estejam voltadas para as áreas históricas da cidade, as únicas zonas citadas na Lei são: Macrozona de Expansão Urbana de Média Densidade, Macrozona de Expansão Urbana Prioritária de Alta Densidade, Macrozona de Preservação Ambiental e Macrozona de Transição Urbano-rural de Baixa Densidade. Todavia, a ausência de delimitação do patrimônio histórico edificado da cidade não traduz a sua inexistência.

Nesse contexto, o Largo Padre José Tomás emerge como um dos primeiros e mais significativos lugares de encontro da cidade. Situado estrategicamente no núcleo urbano central (Figura 02), ele funcionou como o principal nó de articulação entre a vida pública e a privada. Atualmente, está inserido dentro do bairro Centro, um dos principais bairros da cidade no que tange ao comércio e à oferta de serviços, o que atrai não somente os moradores do município, considerando tanto os de áreas urbanas quanto de áreas rurais, mas também a população de cidades vizinhas, que diariamente se deslocam para Tianguá.



Figura 02: Localização do Largo Padre José Tomás em Tianguá, Ceará, Brasil. **Fonte:** Autores (2026).

O Largo se tornou, ao longo dos anos, palco para diferentes dinâmicas sociais, como ponto de encontro e lazer, cenário de eventos religiosos, sobretudo durante as novenas de Nossa Senhora Sant'Ana, santa padroeira de Tianguá, que acontecem na Catedral de Sant'Ana, Igreja Matriz da cidade que faz parte do Largo, além das trocas comerciais e feira livre que ocorrem. A consolidação da feira livre neste espaço, há cerca de um século, acabou por adicionar uma camada

de complexidade econômica e cultural ao Largo. A feira não se limitou a ser um evento comercial semanal; ela transformou a morfologia do centro urbano, ditando fluxos de pessoas, mercadorias e animais. Com o tempo, o Largo e a feira tornaram-se entidades indissociáveis, criando uma dinâmica onde a arquitetura das casas de comércio e as barracas temporárias formam um cenário único de resistência da cultura popular frente aos processos de urbanização.

A compreensão da evolução morfológica e social do centro de Tianguá é enriquecida por registros audiovisuais que capturam a dinâmica urbana em períodos pretéritos. As imagens a seguir (Figuras 3 e 4) correspondem a fotogramas extraídos de um acervo filmográfico da década de 1980, de autoria de Conrado Diniz, cujo registro documental oferece um testemunho visual valioso sobre a configuração da feira livre naquele período. Para fins analíticos e de melhor leitura espacial, os fotogramas originais, que apresentavam baixa resolução e perda de definição decorrentes do suporte analógico e do tempo, passaram por um processo de aprimoramento visual com o auxílio de ferramentas de Inteligência Artificial, especificamente por meio do uso do *ChatGPT*. Esse procedimento teve como objetivo recuperar nitidez, contraste e definição da imagem, sem alterar, suprimir ou adicionar elementos, mantendo a fidelidade morfológica e informacional do registro original.

O foco das filmagens recai sobre a Praça Monsenhor Aguiar, onde se situa o Largo Padre José Tomás, revelando não apenas a densidade das trocas comerciais a céu aberto, mas também o papel do logradouro como o principal palco da vida pública tianguaense. Por meio dessas lentes, é possível observar a persistência das práticas de comercialização e a ocupação do espaço público que, décadas depois, ainda definem o caráter central da cidade na Serra da Ibiapaba.



Figura 3: Registro da feira livre no entorno da Praça Monsenhor Aguiar (Largo Padre José Tomás) na década de 1980. **Fonte:** Adaptado de vídeo filmado por Conrado Diniz (Década de 1980).



Figura 4: Registro da Praça Monsenhor Aguiar (Largo Padre José Tomás) na década de 1980. **Fonte:** Adaptado de vídeo filmado por Conrado Diniz (Década de 1980).

Dessa forma, compreender a formação de Tianguá exige, obrigatoriamente, um olhar atento sobre este Largo. Ele testemunhou a transição da pequena vila para o polo regional que a cidade é hoje. A preservação dessa memória, portanto, não é um exercício de saudosismo, mas uma necessidade de compreender as raízes de uma sociedade que se reconhece no movimento das mercadorias, no cheiro dos produtos regionais e na solidez das fachadas que emolduram o cotidiano da Serra da Ibiapaba.

Problematização: o embate entre o progresso e a memória

Atualmente, o Largo Padre José Tomás encontra-se em uma encruzilhada típica de centros históricos brasileiros que não possuem o amparo legal do tombamento. O crescimento econômico de Tianguá, embora positivo sob a ótica capitalista do desenvolvimento, traz consigo uma pressão imobiliária que vê no que é antigo um obstáculo à modernização. Sem o reconhecimento oficial como patrimônio cultural, os imóveis que compõem o entorno do Largo tornam-se alvos fáceis para reformas que descaracterizam e apagam décadas de história em poucos dias de obra.

A ausência de proteção legal (tombamento) nas esferas municipal, estadual ou federal expõe o conjunto a uma "invisibilidade institucional". Conforme Carsalade (2011), o patrimônio que não é nomeado e catalogado tende a desaparecer da consciência das políticas públicas. Em Tianguá, isso se reflete em uma descaracterização acelerada: a substituição de materiais vernaculares, como o barro e a madeira, pela frieza do concreto e do vidro, onde ornamentos e elementos salientes de influência Art Déco e Nouveau são suprimidos em favor de paredes lisas, cinzas e anônimas, rompendo a harmonia estética e a leitura histórica do Largo como núcleo original da cidade.

O conflito torna-se ainda mais agudo quando analisamos a feira livre sob a ótica do planejamento urbano moderno. Frequentemente, os gestores públicos locais interpretam o comércio popular como um fator de "desordem" ou "atraso" que prejudica o trânsito e a higiene urbana. Essa visão hegemônica e higienista ignora que a feira é o que traz vida ao patrimônio material e à cidade. Tentar "modernizar" o Largo, removendo ou higienizando excessivamente a feira, pode resultar na morte do espaço público, transformando-o em um local estéril, desprovido da alma que o tornou símbolo de convergência cultural.

Além disso, a descaracterização arquitetônica gera um efeito dominó na memória coletiva. Quando um casarão antigo é demolido para dar lugar a um prédio genérico, perde-se o referencial físico que sustenta as narrativas dos moradores mais antigos. Como aponta Carsalade (2011) sobre a comunidade e o patrimônio, a perda do suporte material dificulta a transmissão de saberes e tradições, fragilizando o senso de pertencimento da juventude tianguaense, que passa a não se ver representada nos novos cenários urbanos da cidade.

Portanto, o problema central reside na urgência de conciliar o desenvolvimento urbano com a salvaguarda da memória. Não se trata de congelar a cidade ou impedir o progresso, mas de garantir que a evolução de Tianguá não ocorra às custas da destruição de seus símbolos mais potentes. A falta de um inventário e de leis de proteção específicas cria um vácuo onde o mercado imobiliário decide o que fica e o que sai, muitas vezes sacrificando a história em prol do lucro imediato, o que torna a intervenção acadêmica e técnica uma necessidade imperiosa.

Justificativa

A justificativa para esta pesquisa fundamenta-se na premissa de que o patrimônio cultural é uma unidade indivisível entre o suporte físico e a ação humana. O Largo Padre José Tomás não possui valor apenas pela sua arquitetura, mas pelo que nela acontece. Registrar a feira livre dentro deste cenário é justificar a importância da vida cotidiana como patrimônio. Como ressaltado por Souza e Feiber (2013), o valor das coisas não é intrínseco, mas atribuído pelas pessoas que interagem com elas através do tempo.

A escolha deste objeto de estudo justifica-se também pela necessidade urgente de documentação antes que a sua descaracterização seja irreversível. Em cidades com crescimento acelerado como Tianguá, o tempo da destruição é muito mais rápido que o tempo da burocracia estatal. Realizar este inventário agora é garantir um registro fiel da realidade atual, fornecendo uma base histórica que possa servir de referência para futuras restaurações ou reconstruções, preservando a morfologia urbana que define o centro histórico da cidade.

Além disso, a relevância econômica da feira livre justifica o olhar atento sobre o Largo. A feira é um polo de escoamento da produção da agricultura familiar da Ibiapaba e um centro de economia solidária. Preservar o ambiente onde ela ocorre é preservar um modelo de sustento que resiste às grandes redes de supermercados e mantém vivos os saberes populares, como o artesanato em palha, o uso de ervas medicinais e a culinária típica local. O inventário, portanto, protege também o direito ao trabalho e à cultura dessas famílias.

Socialmente, o projeto justifica-se pela promoção da cidadania: ao envolver moradores e comerciantes em entrevistas e levantamentos, o estudo estimula a autoestima local. O reconhecimento do Largo como patrimônio eleva a percepção da comunidade sobre sua própria

história, combatendo a ideia de que o "bonito" e o "importante" estão apenas nas capitais ou em cidades famosas. Tianguá possui um patrimônio digno de nota, e esta pesquisa é o instrumento que valida essa afirmação perante a sociedade.

Em última análise, este artigo justifica-se pelo compromisso ético com a memória. O Largo Padre José Tomás e sua feira são os fios que tecem a colcha de retalhos da história tianguaense. Sem o registro e a preservação desse espaço, corre-se o risco de criar uma cidade sem rosto, idêntica a tantas outras, perdendo-se a singularidade que torna Tianguá um lugar de convergência social e cultural único na Serra da Ibiapaba. A documentação técnica é o legado que este estudo pretende deixar para a manutenção da alma da cidade.

Objetivos

i. Objetivo Geral:

Analisar o Largo Padre José Tomás e a feira livre de Tianguá-CE como símbolos de convergência social, econômica e cultural, propondo estratégias para sua preservação e valorização enquanto patrimônio histórico e cultural.

ii. Objetivos Específicos:

- a) Investigar a importância histórica e cultural do Largo Padre José Tomás e da feira livre para a cidade de Tianguá;
- b) Documentar as características arquitetônicas, urbanísticas e culturais do Largo Padre José Tomás e de seu entorno, por meio da elaboração de um inventário que subsidie ações de preservação do patrimônio;
- c) Propor ações de sensibilização e valorização do Largo Padre José Tomás junto à comunidade e às autoridades locais.

Metodologia

A metodologia fundamenta-se em uma abordagem qualitativa e exploratória, centrada na premissa de que a preservação do patrimônio arquitetônico deve ser precedida pelo reconhecimento social e técnico. Após revisão de literatura teórica necessária, o processo do inventário estruturar-se-á na "leitura da comunidade", tratando os moradores e feirantes como intérpretes legítimos da cultura local, conforme as diretrizes de Ferreira (2009) e Souza e Feiber (2013). O rigor científico foi garantido pela integração de pesquisas bibliográficas e documentais em acervos municipais com o levantamento de campo, permitindo uma análise tipológica que destila os caracteres essenciais da história urbana da Serra da Ibiapaba.

Os procedimentos técnicos envolveram o mapeamento do polígono do Largo utilizando softwares de SIG (Sistema de Informação Geográfica), e a realização de levantamentos fotográficos para documentar as relações espaciais entre o suporte físico (edificações) e a dinâmica imaterial (feira livre). A coleta de dados será sistematizada em uma etapa posterior desta pesquisa, por meio de fichas de inventário que irão catalogar a tipologia edilícia, o estado de conservação, o sistema construtivo e as alterações no uso do solo.

A dimensão social da metodologia pretende consolidar-se através de entrevistas narrativas com pessoas que testemunharam a história do lugar, buscando garantir que as escolhas dos bens inventariados sejam pautadas no grau de afetividade e memória da população (Marques, 2009). Ao envolver a comunidade de Tianguá, o inventário deverá transcender a função de repositório técnico para tornar-se um instrumento de educação patrimonial e conscientização política. O resultado final dessa articulação metodológica será uma base de dados robusta, capaz de subsidiar o planejamento urbano e sensibilizar as autoridades para a necessidade urgente de proteção legal desse símbolo da identidade cearense.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O valor do inventário: de lista à instrumento de política urbana

O inventário, frequentemente confundido com uma mera listagem de bens, deve ser compreendido como uma ferramenta estratégica de gestão. Conforme defendido por Pessoa (2012), este mecanismo é o pilar que sustenta o reconhecimento do patrimônio, indo muito além da catalogação física para se tornar um instrumento de política urbana capaz de mediar os conflitos entre a conservação e o desenvolvimento das cidades.

A evolução do conceito de inventário reflete a própria mudança na percepção do que é patrimônio. Se outrora o foco residia apenas na excepcionalidade do monumento isolado, hoje busca-se entender o conjunto. Pessoa (2012) argumenta que o inventário permite identificar a complexidade do tecido urbano, oferecendo à gestão pública dados concretos para planejar intervenções que não anulem a identidade local, mas a integrem à dinâmica moderna.

Nesse contexto, a distinção entre o “valor de uso” e o “valor simbólico” transcende a formalidade burocrática dos inventários técnicos. Conforme a perspectiva de Riegl (2014), enquanto o valor de uso reside na funcionalidade contemporânea das edificações do Largo Padre José Tomás, atendendo às demandas habitacionais e comerciais, o valor simbólico (ou de recordação) repousa na densidade histórica e afetiva desses remanescentes. Como aponta Rossi (2001), tais estruturas funcionam como 'fatos urbanos' que preservam a memória da fundação de Tianguá diante das mutações da malha urbana.

O inventário atua como uma leitura das problemáticas urbanas somada ao levantamento das potencialidades encontradas, com foco na temática de preservação do patrimônio histórico e cultural. Ao documentar o Largo, não estamos apenas registrando fachadas, mas gerando um documento jurídico e técnico que pode impedir demolições arbitrárias (Figuras 5 e 6). Como aponta Pessoa (2012), sem o conhecimento gerado pelo inventário, o patrimônio torna-se um "peso" econômico, enquanto que, com ele, torna-se um ativo para o desenvolvimento sustentável.



Figuras 5 e 6: Demolições de edificações históricas no entorno do Largo Padre José Tomás. **Fonte:** Autores (2025).

A aplicação desse instrumento em Tianguá é urgente para balizar o Plano Diretor, que se encontra defasado, tendo sido elaborado originalmente em 2001 por meio da Lei Municipal nº 288 de 26 de junho de 2001, que instituiu o primeiro “Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Tianguá”, e atualizado apenas em 2018 por meio da Lei Municipal nº 1082 de 25 de janeiro de 2018, que instituiu o “Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável e Participativo de Tianguá”, sem que essa revisão incorporasse de forma sistemática a política de preservação do patrimônio histórico e cultural do município. O inventário fornece a base para zonas de proteção especial, permitindo que a prefeitura crie incentivos para que os proprietários mantenham as características originais de seus imóveis. Assim, a política urbana deixa de ser reativa e passa a ser propositiva, antecipando-se à degradação física do centro histórico.

A transição da "identificação ao reconhecimento" é o processo chave discutido nos documentos. O ato de inventariar retira o objeto da obscuridade e o coloca no debate público. Em Tianguá, o inventário do Largo Padre José Tomás servirá para oficializar que esse espaço possui uma relevância que transcende o valor do terreno no mercado imobiliário, elevando-o à categoria de bem comum de interesse coletivo.

Outro ponto crucial é a interdisciplinaridade que o inventário exige. Como sugerem Carvalho e Amaral (2025), o levantamento deve envolver arquitetos, historiadores e a própria comunidade. Essa multiplicidade de olhares garante que o "valor simbólico" não seja uma interpretação isolada do técnico, mas uma tradução das vozes de quem habita e trabalha no Largo. A sistematização dessas informações em fichas técnicas cria um repositório histórico para a cidade. No futuro, pesquisadores e cidadãos poderão consultar o inventário para compreender o processo de evolução urbana e as diversas camadas históricas que compõem a identidade de Tianguá, garantindo a continuidade do direito à memória, independentemente das mudanças políticas.

A relevância do inventário fundamenta-se na premissa de que a preservação é indissociável do conhecimento. Conforme assinala Magalhães (1985), ‘não se preserva o que não se conhece’, indicando que o registro técnico constitui o primeiro passo para a salvaguarda da memória coletiva. Nesse sentido, a realização do inventário de Tianguá permitirá à sociedade dispor de um retrato sistematizado de sua própria história urbana e cultural. Além disso, como destaca Pessoa (2012), o inventário configura-se, em última instância, como um instrumento de democracia urbana, ao possibilitar que a população reivindique a proteção de seus lugares de referência e afeto com base em fundamentos técnicos e socialmente legitimados.

PATRIMÔNIO E COMUNIDADE: A MEMÓRIA VIVA NA FEIRA DE TIANGUÁ

O patrimônio cultural não existe de forma autônoma; ele é uma construção social que depende intrinsecamente da validação do grupo humano que o circunda. Souza e Feiber (2013), destacam que o primeiro passo para a proteção de um bem cultural é o seu reconhecimento como patrimônio pela comunidade que o possui. Sem esse sentimento de posse e orgulho, qualquer lei de tombamento torna-se um "corpo estranho" imposto pelo Estado.

No contexto do Largo Padre José Tomás, a feira livre atua como o elo vital que articula a configuração espacial urbana à dinamicidade da memória social (Figuras 7, 8 e 9). Enquanto o conjunto edificado oferece o cenário, a feira provê a ação e o significado. É na interação cotidiana entre feirantes e usuários que o patrimônio se renova e se ressignifica. Nesse sentido, conforme ressaltam Souza e Feiber (2013), o inventário deve buscar a 'leitura da comunidade', interpretando as informações colhidas no diálogo direto com a população, etapa indispensável para compreender as complexas dinâmicas urbanas de Tianguá.



Figuras 7, 8 e 9: Feira livre do Largo Padre José Tomás. **Fonte:** Autores (2025).

A participação comunitária no processo de inventário não é apenas um adereço metodológico, mas uma condição de eficácia. Quando os moradores de Tianguá são ouvidos sobre o que o Largo representa, o inventário deixa de ser um "frio" registro arquitetônico e passa a conter narrativas de vida. O patrimônio só faz sentido se a comunidade se reconhecer nele, vendo naqueles casarões o reflexo de sua própria trajetória ancestral na Serra da Ibiapaba.

A feira livre, nesse contexto, configura-se como um território de resistência cultural, preservando modos de vida que as transformações da modernidade frequentemente tendem a marginalizar (Figuras 10, 11, 12 e 13). Diferente da estaticidade museológica, o Largo Padre José Tomás, impulsionado pela feira, constitui um 'patrimônio em movimento'. A convergência entre o conjunto arquitetônico do entorno (dimensão material) e as dinâmicas comerciais da praça (dimensão imaterial) estabelece um ecossistema de memória que sustenta o senso de pertencimento do cidadão tianguaense contra a alienação urbana.

Conforme alertam Souza e Feiber (2013), a prática arquitetônica deve transcender a mensuração física das vedações para 'medir significados'. No Largo, os relatos de antigos comerciantes sobre as festividades religiosas e as trocas mercantis possuem valor equivalente à descrição técnica de

cornijas ou frontões; a oralidade é, portanto, o elemento que preenche as lacunas deixadas pelo tempo na materialidade construída.



Figuras 10, 11, 12 e 13: Feira livre no Largo Padre José Tomás e ocupação do Largo para a realização de festividades religiosas e feira. **Fonte:** Gaspar (1975) e autores (2025).

Além disso, o envolvimento da comunidade atua como uma barreira contra o vandalismo e o abandono. Um patrimônio que é amado pela população é naturalmente vigiado. Ao envolver os feirantes de Tianguá no processo de inventário, o projeto os transforma em guardiões da história local. Eles passam a entender que a preservação do Largo não é um impedimento ao comércio, mas uma valorização do seu próprio local de trabalho. A "educação patrimonial" surge como uma consequência direta desse processo. Ao verem seus depoimentos e seus locais de convívio catalogados, os cidadãos desenvolvem uma consciência crítica sobre a cidade. Como sustentam Souza e Feiber (2013), o inventário é um processo educativo que prepara a comunidade para ser a protagonista da gestão do seu próprio patrimônio, retirando essa responsabilidade exclusivamente das mãos de técnicos distantes.

É necessário, portanto, reconhecer que a comunidade não é um bloco homogêneo. Existem conflitos de interesse entre o comerciante que quer modernizar sua fachada e o historiador que quer preservá-la. O processo de inventário participativo serve como espaço de negociação. É através do diálogo que se estabelece o que é essencial preservar para manter a identidade coletiva, equilibrando as necessidades do presente com o respeito ao passado.

CONVERGÊNCIA CULTURAL: A PRESERVAÇÃO COMO CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS

A preservação do patrimônio não deve ser vista como uma tentativa de parar o tempo ou congelar a matéria, mas como uma constante "construção cultural". Conforme Carsalade (2011), a noção contemporânea de patrimônio é muito mais ampla do que a estabelecida há décadas. Ela não se

baseia apenas em pilares estéticos, mas na capacidade do objeto de produzir significados e referenciar a existência humana no tempo e no espaço.

No cotidiano da feira livre de Tianguá, a cultura se renova a cada semana. Ela não é algo guardado em uma redoma, mas algo que "acontece" no Largo Padre José Tomás. Carsalade (2011) argumenta que a preservação é, na verdade, a manutenção da capacidade de um bem nos atrair e possibilitar novos diálogos. A feira, com seu dinamismo, garante que o Largo continue sendo um espaço de convergência, onde tradições seculares se adaptam às novas necessidades contemporâneas.

Carsalade (2011, p.138) destaca que "o que se preserva é a existência do bem patrimonial na sua capacidade de pontuar a existência". Para o povo tianguaense, o Largo é um ponto de referência espacial e temporal. Sem ele, a percepção de continuidade histórica seria rompida. A feira livre é o motor que mantém essa engrenagem funcionando, transformando um cenário arquitetônico antigo em um espaço vibrante de inovação cultural e econômica.

A intervenção na materialidade urbana é indissociável da alteração de sua dimensão imaterial. Carsalade (2011) reforça o paradoxo de que o ato de preservar um bem implica, inevitavelmente, em sua modificação. Nesse sentido, devemos reconhecer a cidade como um sistema em constante mutação, onde a 'verdade' histórica não constitui um dado estático, mas um constructo permanentemente reelaborado por cada geração. A feira de Tianguá exemplifica essa reconstrução contínua, na qual as práticas cotidianas de artesãos e agricultores evoluem, garantindo a permanência da essência cultural por meio da adaptabilidade de seus usos.

A preservação, vista como construção cultural, rejeita a redução do patrimônio a um "cenário para turistas". Ela busca a profundidade dos significados compartilhados coletivamente. No Largo, a convergência social ocorre porque ali pessoas de diferentes classes e origens se encontram. Esse "caldeirão" cultural é o que define a identidade tianguaense. Preservar o Largo é garantir que essa diversidade continue tendo um território para se manifestar.

Carsalade (2011) também critica a visão "globalista" que desconsidera as especificidades locais. Cada expressividade artística e social tem sua própria lógica. A arquitetura de Tianguá, influenciada pelo clima da serra e pela história do Ceará, possui uma singularidade que o inventário deve captar. A feira livre não é igual a nenhuma outra; ela possui ritmos e códigos próprios que o termo "convergência cultural" tenta abraçar, unindo o erudito da arquitetura ao popular do comércio de rua.

A capacidade que o patrimônio tem de nos atrair reside na sua "aura" de testemunho. O Largo Padre José Tomás atrai as pessoas não apenas pela necessidade de compra, mas pelo hábito social profundamente enraizado. Essa atração é o que Carsalade (2011) chama de "potencial de significação". O inventário atua como o tradutor dessa significação, transformando a observação do cotidiano em um argumento sólido para a salvaguarda do conjunto urbano.

Desta forma, a cultura no Largo não é um resquício do passado, mas um projeto de futuro. A cada renovação da feira, a cultura de Tianguá se reafirma. Como ensina Carsalade (2011), a preservação não se dá por um método exclusivamente científico e neutro, mas por um entendimento compartilhado entre sujeitos. É o olhar do habitante de Tianguá que transforma o prédio de tijolos em "patrimônio".

A discussão proposta por Carsalade (2011) convida a pensar na "sustentabilidade cultural". O Largo Padre José Tomás só sobreviverá se continuar sendo útil e significativo para a sociedade. A feira livre garante essa sustentabilidade ao prover vida econômica e social ao centro histórico. O inventário deve, portanto, registrar não o que o Largo "foi", mas o que ele "é" e o que ele "pode ser" como catalisador de orgulho e identidade para a cidade.

Em última análise, a convergência entre o Largo e a Feira é a síntese do patrimônio como construção cultural. É a união entre o que o tempo deixou (a arquitetura) e o que o povo faz com isso (a cultura). Como conclui o autor, o que se preserva é a capacidade do bem de nos referenciar. Para Tianguá, o Largo Padre José Tomás e sua feira são os marcos que dizem quem eles são e para onde querem ir, unindo o ontem e o hoje em um único território de memória.

DISCUSSÃO E RESULTADOS ESPERADOS

O cenário arquitetônico e a evolução do largo

O Largo Padre José Tomás configura-se como o marco zero da urbanidade de Tianguá, apresentando uma evolução espacial que reflete as transformações econômicas da Serra da Ibiapaba. A organização deste espaço foi historicamente ditada pela presença da Igreja Matriz da cidade, a Catedral de Nossa Senhora Sant'Ana, que, como observa Gaspar, Sousa e Gaspar (2007), exerceu um papel polarizador na estruturação das primeiras vias. A Igreja não era apenas um centro religioso, mas o eixo em torno do qual o poder civil e o comércio se estabeleceram, definindo o Largo como o principal palco da vida pública local desde o século XIX. Para as análises iniciais do trabalho, estabeleceu-se um raio de análise de 250 metros a partir do ponto central do Largo Padre José Tomás (Figura 14), visando não apenas fazer o levantamento do patrimônio material do Largo, mas também do seu entorno. Dentro do raio de análise estabelecido, foram identificados 31 pontos, sendo 29 edificações e 2 praças (Figura 15).



Figura 14: Largo, Igreja Matriz (Catedral de Sant'Ana) e raio de análise de 250 m. **Fonte:** Autores (2026).

A influência da Igreja na organização do espaço ainda é perceptível na hierarquia das vias que desembocam no Largo. A Matriz continua a ser o ponto focal, mas hoje divide o protagonismo com o intenso fluxo comercial. O Largo Padre José Tomás, portanto, resiste como um palimpsesto urbano, onde as marcas do passado ainda tentam dialogar com a acelerada dinâmica contemporânea do centro comercial.

As edificações que compõem o entorno do Largo são testemunhos materiais dessa trajetória, com remanescentes arquitetônicos que datam do final do século XIX e início do XX. Predominam as casas de comércio de porta e janela, muitas vezes com uso misto, onde o pavimento térreo servia ao balcão e o superior (nos raros sobrados) ou os fundos serviam de moradia. Essa tipologia é característica de uma burguesia comercial em ascensão que via na proximidade com a Matriz uma forma de validação social e facilidade logística para o escoamento de mercadorias.



Figura 15: Pontos mapeados dentro do raio de análise de 250 m. **Fonte:** Autores (2026).

Em termos de descrição física, o cenário arquitetônico atual revela uma sobreposição de estratos temporais. Embora existam exemplares com traços coloniais simplificados, *art déco*, *art nouveau* e ecletismo tardio, visíveis em ornamentos de platibandas e molduras de vãos, há uma forte tendência de modernização. Muitas fachadas originais foram ocultadas por placas de publicidade ou substituídas por revestimentos cerâmicos modernos, o que dificulta a leitura da unidade histórica do conjunto. No entanto, a volumetria das quadras e o traçado das ruas ainda preservam a ambiência do período de formação da cidade.



Figura 16: Igreja Matriz Nossa Senhora Santana no Largo. **Fonte:** Autores (2025).



Figura 17: Edificação no Largo. **Fonte:** Autores (2025).



Figura 18: Edificação no Largo. **Fonte:** Autores (2025)



Figura 19: Edificação no entorno do Largo. **Fonte:** Autores (2025).

O estado de conservação atual das edificações é heterogêneo e inspira cuidados. Enquanto alguns imóveis comerciais mantêm a integridade estrutural devido ao uso contínuo, outros apresentam patologias severas causadas por intervenções inadequadas ou abandono de pavimentos superiores. A ausência de uma política de preservação faz com que o proprietário priorize a funcionalidade imediata em detrimento da conservação estética original. Como aponta Carsalade (2011), essa descaracterização é um processo de "invisibilidade cultural", onde o valor histórico é sacrificado pela estética do consumo imediato.

O inventário: diretrizes metodológicas e perspectivas futuras

A continuidade desta pesquisa está estruturada em etapas sequenciais que visam a consolidação do inventário do Largo Padre José Tomás. Os próximos passos compreendem: a realização de entrevistas e o registro de relatos orais com os detentores da memória local; a criação e o

preenchimento sistemático das fichas de inventário; a sistematização dos dados com a listagem final dos bens; e, por fim, o mapeamento cartográfico dos bens registrados. A principal contribuição técnica deste trabalho reside na caracterização diagnóstica do Largo Padre José Tomás e da feira livre que nele ocorre, evidenciando a problemática da escassez de instrumentos de preservação patrimonial no município. Ao analisar a dinâmica entre o espaço edificado e as práticas sociais, esta pesquisa fundamenta a necessidade de ações de salvaguarda, indicando que, em etapas futuras e como continuidade deste estudo, deverão ser estruturadas e aplicadas fichas inventariais específicas para a área.

Tais instrumentos de inventário serão desenhados para captar a complexidade do polígono, coletando dados que abrangem desde a tipologia edilícia (colonial, eclética, *art nouveau*, *art déco*, vernacular) até o estado de conservação e uso do solo. Conforme sugere Pessoa (2012), o inventário deve figurar como um instrumento de política urbana; portanto, a futura elaboração e aplicação dessas fichas permitirá a criação de um mapeamento de danos e de relevância histórica, servindo como guia técnico para a elaboração de futuras leis de proteção municipal e estratégias de educação patrimonial em campo."

A aplicação posterior das fichas justifica-se, ainda, pela necessidade de sensibilizar os proprietários antes dos levantamentos internos. Frequentemente, a atuação técnica é recebida com desconfiança por moradores que temem restrições ao direito de propriedade. Assim, este estágio inicial focou na fundamentação teórica, no reconhecimento territorial e na escuta preliminar da comunidade, pavimentando o caminho para que a aplicação do instrumento seja compreendida como um ato de valorização do patrimônio privado em prol do bem comum.

Em suma, a criação do modelo de inventário materializa o desejo de proteção discutido anteriormente. A transição da "identificação ao reconhecimento" será completada quando a sistematização dos dados e o mapeamento cartográfico permitirem que cada cidadão compreenda o seu papel como guardião da história de Tianguá. Esta agenda futura reafirma o compromisso deste estudo com a preservação contínua da Serra da Ibiapaba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou que o Largo Padre José Tomás e sua feira livre transcendem a função de meros espaços de troca comercial, configurando-se como o núcleo vital da memória coletiva e da identidade urbana de Tianguá. A análise diagnóstica revelou, contudo, uma fragilidade institucional em que a ausência de instrumentos de preservação legal expõe esse patrimônio a um processo acelerado de descaracterização, impulsionado pela pressão imobiliária e pela modernização urbana desordenada. A principal contribuição desta etapa da pesquisa reside, portanto, na sistematização dessa problemática e na fundamentação teórica que justifica a urgência de uma salvaguarda técnica, concluindo-se que o reconhecimento da verdade histórica do Largo não é um dado estático, mas um processo que exige a conciliação entre a materialidade do conjunto arquitetônico e a imaterialidade das práticas sociais da feira.

Como desdobramento necessário e continuidade deste estudo, a agenda de pesquisa futura concentrar-se-á na materialização de ferramentas de gestão urbana para a área. Este percurso metodológico compreenderá a realização de entrevistas e o registro de relatos orais para captar a dimensão afetiva do patrimônio, seguidos pela estruturação e aplicação de fichas de inventário detalhadas que abranjam as tipologias edilícias predominantes e seus respectivos estados de conservação. Por fim, a sistematização desses dados e o mapeamento cartográfico dos bens registrados permitirão que o inventário técnico deixe de ser uma formalidade burocrática para

tornar-se um instrumento de democracia urbana. Esse processo final será fundamental para subsidiar futuras diretrizes de proteção municipal e permitir que a sociedade de Tianguá reivindique a preservação de seus lugares de afeto com base em argumentos científicos robustos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARSALADE, Flávio de Lemos. A preservação do patrimônio como construção cultural. **Arquitextos**, São Paulo, 12.139, Vitruvius, dez 2011. Disponível em: < <https://repositorio.ufmg.br/items/13396e50-5b99-41af-b4d0-050cb1750319> > Acesso em: 09 jan. 2026.

CARVALHO, Taisa Soares de; AMARAL, Luís Cesar Peruci do. Os inventários como instrumentos de preservação: da identificação ao reconhecimento. **Seminário Docomomo Brasil: Anais**, [S. l.], v. 9, p. 1–9, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.docomomobrasil.com/anais/article/view/993> . Acesso em: 05 jan. 2026.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.

FERREIRA, J. A Conservação do Patrimônio no Brasil: teoria e prática. Olinda: **Seminário da Rede Conservação BR**, 2009.

GASPAR, João Bosco; SOUSA, Antonia Nilene Portela de; GASPAR, Antonia Angelita Fontenele. **Tianguá: raízes de sua história e sua cultura**. Tianguá-CE: Gráfica Editora Norte, 2007.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação Técnica do Censo Demográfico - CT. 2022.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MARQUES, Daniel A. D. **Estrada real: patrimônio cultural de Minas Gerais - um estudo de diamantina e serro**. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2009.

MOURA, Auriviane Costa.; LOPES, Francisco Clébio Rodrigues. O comércio na cidade de Tianguá/CE como objeto de estudo do meio. **Revista GeoUECE**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. e202103, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/article/view/6810> . Acesso em: 22 jan.. 2026.

PARENTE, Juracy. **Varejo no Brasil: gestão e estratégia**. São Paulo: Atlas, 2014.

PESSÔA, José. **Os inventários como instrumentos de preservação**. [S.l.: s.n.], 2012.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua gênese**. Tradução de Werner Theodor Endler. Goiânia: Editora da UFG, 2014.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

SOUZA, Vanessa Silva; FEIBER, Silmara Dias. A comunidade, o patrimônio e o processo de inventário: um estudo de caso. **Revista Thêma et Scientia**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 26-30, jan./jun. 2013.



TIANGUÁ. Lei nº 288 de 26 de junho de 2001. **Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Tianguá e dá outras providências.** Tianguá, CE, 2001.

TIANGUÁ. Lei nº 398 de 31 de dezembro de 2004. **Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo no perímetro urbano do município de Tianguá.** Tianguá, CE, 2004.

TIANGUÁ. Lei nº 1082 de 25 de janeiro de 2018. **Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável e Participativo de Tianguá e dá outras providências.** Tianguá, CE, 2018.

